História das relações laborais no Mundo Lusófono (XIX-XXI)*

Raquel Varela^{**}

Filipa Ribeiro da Silva^{***}

Resumo. O objetivo deste artigo é apresentar a Mesa Redonda: “História das Relações Laborais no Mundo Lusófono (XIX-XXI)” composta de 6 artigos, com a finalidade de quantificar, analisar e compreender as relações laborais em Portugal e no mundo lusófono no período contemporâneo, assinalando as formas como a mão de obra e as relações laborais se foram modificando e adaptando à evolução social, económica e política de Portugal e do mundo lusófono nos últimos dois séculos.

Palavras chave: Relações laborais; Portugal; Mundo Lusófono; Séculos XIX-XXI.

The History of Labor relationships in the Portuguese-speaking world (19th – 21st centuries)

Abstract. Current article present the Round Table called “The history of labor relationships in the Portuguese-speaking world (19th – 21st centuries)” comprising 6 articles which quantify, analyze and investigate labor relationships in Portugal and in Portuguese-speaking countries. The Round Table underscores how work and labor relationships were modified and adapted themselves to social, economical and political evolution in Portugal and in the Portuguese-speaking world during the last two centuries.

Keywords: Labor relationships; Portugal; Portuguese-speaking countries; 19th – 21st centuries.

* Artigo recebido em 08/08/2013. Aprovado em 17/10/2013.

** Pesquisadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

*** Professora da Universidade de Macau, SAR, China. E-mail: frisi116@gmail.com

Historia de las Relaciones Laborales en el Mundo Lusitano (XIX-XXI)

Resumen. El objetivo de este artículo es presentar la Mesa Redonda “Historia de las Relaciones en el Mundo Lusitano (XIX-XXI)”, compuesta por seis artículos, con la finalidad de cuantificar, analizar y comprender las relaciones laborales en Portugal y en el mundo lusitano durante el período contemporáneo, destacando cómo se fueron modificando y adaptando la mano de obra y las relaciones laborales a la evolución social, económica y política de Portugal y del mundo lusitano durante los dos últimos siglos.

Palabras Clave: Relaciones laborales; Portugal; Mundo lusitano; Siglos XIX-XXI

As relações de trabalho no espaço lusófono são determinadas pela integração destes espaços numa economia regional e mundial ou há imposição de um modelo por parte de Portugal? A facilidade de fluxos migratórios de mão de obra devida à proximidade cultural e linguística contribui para o desenvolvimento económico dos países envolvidos? Qual o papel do trabalho migrante dentro das unidades nacionais em estudo e entre elas? Qual a relação entre a mão de obra nas áreas em estudo? Que formas de trabalho (formal, informal, forçado, livre, masculino, feminino, infantil, para o mercado ou de subsistência) predominam nas áreas em estudo? Até que ponto as estatísticas e outros indicadores oficiais registam a real dimensão e complexidade das formas de trabalho? Quais as mudanças que se dão ao nível da produção? Que culturas de trabalho se desenvolvem nestes países ao longo destes dois séculos? Qual a importância do mundo lusófono para a economia portuguesa ao nível da força de trabalho? Quais as modificações do mundo do trabalho no período contemporâneo? Qual a relação entre a formação e o trabalho executado? Que fatores influem, historicamente, na produtividade da força de trabalho?

Este *dossier* sobre história das relações laborais no mundo lusófono tem por base um projeto internacional de pesquisa em curso – Relações Laborais

em Portugal e no mundo lusófono 1800-2000: continuidades e ruturas¹ –, que visa quantificar, analisar e compreender as relações laborais em Portugal e no mundo lusófono no período contemporâneo, assinalando as formas como a mão de obra e as relações laborais se foram modificando e adaptando à evolução social, económica e política de Portugal e do mundo lusófono nos últimos dois séculos.

As perguntas que servem de mote a esta introdução não terão todas respostas já neste *dossier*, mas erguemos aqui a sua problematização. Visamos com este *dossier*, publicado na prestigiada revista *Diálogos*, dar um contributo para preencher uma lacuna das ciências sociais contemporâneas, ou seja, o debate, do ponto de vista da história global do trabalho, sobre a evolução das relações laborais e da força de trabalho em Portugal e no mundo lusófono, olhando para as relações que se estabeleceram ao longo dos séculos entre estes espaços geográficos, bem como para as diferenças e comparações, num processo que foi desigual e combinado.

Igualmente procuramos dar um contributo para a análise dos dados disponíveis, através de diversas fontes, nomeadamente a nível da composição da força de trabalho, da evolução da formação e qualificação desta, da produtividade e os fatores explicativos das modificações ao nível desta dimensão, da capacidade de inovação, adaptação e reestruturação produtivas e da própria configuração económico-social das sociedades em análise.

A dimensão da lusofonia (dentro do espaço lusófono estamos a considerar aquele em que há uma presença administrativa e política portuguesa efetiva) é essencial neste projeto. Essa presença efetiva, que tem uma dimensão cultural e social com uma matriz portuguesa, permite-nos analisar em perspetiva comparada estes territórios, quer pela longevidade do sistema colonial português, quer pelas relações económicas estreitas entre estes países

¹ Coordenado por Raquel Varela. Referência: PTDC/EPH-HIS/3701/2012.

que se prolongaram para além das independências (Brasil 1822, Índia 1961, colónias portuguesas em África, 1974-75).

Destacamos neste *dossier* a vertente comparativa, ao ancorar-se num projeto já em curso do Instituto Internacional de História Social: “Global Collaboratory on the History of Labour Relations (1500-2000)”²

Estes artigos inserem-se metodologicamente na área da história global do trabalho, que diz respeito à história do trabalho de uma perspetiva global, ou seja, que não se limita a ter como unidade de investigação o Estado-nação, propondo uma metodologia transnacional de abordagem dos estudos do trabalho e que amplifica o conceito tradicional e restritivo de «classe trabalhadora» a um conceito mais amplo de trabalho que inclui não só a relação laboral individual mas o núcleo familiar (desde logo o trabalho doméstico), assim como outras formas de trabalho normalmente ausentes nestes estudos como o trabalho informal ou a combinação de trabalho assalariado com trabalho de subsistência, entre outros. Entram, portanto, na nossa categoria de análise o trabalho assalariado, o trabalho escravo, o trabalho forçado, o trabalho doméstico, os rendeiros, o autoemprego.

Este *dossier* comporta seis artigos. O primeiro, «Relações de trabalho no Brasil, 1800-2000», de Tarcísio Botelho e Paulo Terra, oferece um importante contributo para o estudo das relações laborais no território brasileiro entre 1800 e 2000. Através da análise comparativa dos dados coligidos e tratados até ao momento, os autores apresentam uma abordagem evolutiva das relações de trabalho da população brasileira economicamente ativa para três cortes cronológicos diferentes: 1800, 1900 e 2000. O seu estudo encontra-se dividido em quatro grandes secções, onde Botelho e Terra discutem as grandes transformações ocorridas no território brasileiro, apresentam os resultados preliminares da sua pesquisa no que respeita à população brasileira e suas

² <https://collab.iisg.nl/web/labourrelations>.

relações laborais, colocando em evidência as grandes linhas de continuidade e mudança.

Durante o período estudado, os autores assinalam o aumento significativo dos trabalhadores assalariados empregados em atividades ligadas à economia de mercado resultante do processo de transição de um regime de trabalho escravo para trabalho livre, bem como do desenvolvimento das relações de produção e de trabalho de tipo capitalista. Merecem também destaque no seu estudo o gradual aumento do trabalho recíproco no âmbito do agregado familiar, em particular ao longo do século XX, e o seu quase total desaparecimento no início da presente centúria, bem como o desenvolvimento paralelo do chamado mercado de trabalho informal, que ocupa atualmente cerca de metade da população ativa brasileira. Finalmente, Botelho e Terra assinalam também no seu trabalho um aumento da população economicamente inativa, um fenómeno decorrente do aumento da esperança média de vida, da população infantil e jovem, do número de anos de escolaridade obrigatória, assim como do aumento do número de idosos improdutivos a viver em regime de pensionato.

O artigo seguinte, da autoria de Paulo Matos e Jelmer Vos, intitulado «Demografia e relações de trabalho em Angola c. 1800: um ensaio metodológico», apresenta um trabalho pioneiro no âmbito da história da África lusófona sobre as relações laborais no território angolano oitocentista. O seu estudo, dividido em três partes principais, discute o contexto histórico de produção das fontes históricas disponíveis e as suas limitações e explica em pormenor a metodologia seguida para a elaboração das estimativas demográficas na base do seu trabalho. Os autores analisam ainda os diferentes tipos de atividades económicas desenvolvidas no território angolano à época e apresentam as suas estimativas preliminares da população angolana economicamente ativa e inativa e os tipos de relações laborais cerca de 1800.

De acordo com os autores, o setor primário e o trabalho recíproco determinavam o perfil da economia angolana oitocentista, sendo marginal o peso do trabalho escravo desenvolvido, quer no âmbito do agregado familiar e da comunidade, quer empregue em atividades produtivas destinadas aos mercados consumidores.

Filipa Ribeiro da Silva, no artigo que se segue, intitulado «Relações laborais em Moçambique, 1800» apresenta também uma análise preliminar das relações laborais na África lusófona oitocentista. A autora começa por apresentar as fontes históricas utilizadas e discutir os seus principais desafios metodológicos. Seguidamente explica os limites territoriais de Moçambique à época e apresenta as estimativas preliminares da população moçambicana economicamente ativa e inativa, concluindo com uma análise das principais atividades económicas e dos tipos de relações de trabalho.

Tal como o estudo de Matos e Vos, este trabalho coloca em evidência o potencial das fontes estatísticas setecentistas e oitocentistas para o estudo destas temáticas nos territórios africanos e avança ainda com algumas conclusões preliminares relativamente à estrutura da população moçambicana e suas relações de trabalho. À semelhança de Angola, a economia moçambicana de Oitocentos era dominada pelo setor primário. No entanto, neste território, as relações laborais livres maioritariamente ligadas ao trabalho recíproco para o agregado familiar e para a comunidade eram frequentemente combinadas com relações de tipo tributário, em que os indivíduos exerciam simultaneamente várias atividades num regime de dependência de grandes senhores da terra – um regime que obrigava o africano livre a pagar tributo ao senhor da terra em troca de proteção, sob a forma de trabalho e bens destinados maioritariamente à comercialização. Importa porém salientar que, tal como em Angola, o número de africanos escravizados a trabalhar para a economia de mercado era muito

limitado – uma situação completamente distinta da realidade brasileira no mesmo período, como fica patente no estudo de Botelho e Terra.

Cátia Teixeira e Maria Augusta Tavares analisam as relações laborais na Guiné-Bissau do século XX, no artigo «Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado». Na década de 80 a Guiné-Bissau teve de se submeter aos programas de ajustamento estrutural propostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Sabe-se que o desenvolvimento requer condições de ausência de conflitos permanentes, estabilização do Estado, da receita fiscal, etc., características que não se verificam na Guiné-Bissau, onde a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efetuada pelo poder militar, através de golpes de estado, assassinatos e todo o tipo de violência. Os censos de 1950 e 1991, analisados no âmbito do projeto “Global Collaboratory on the History of Labour Relations (1500-2000)”, e que constituem a matéria-prima essencial ao desenvolvimento deste artigo, são reveladores das relações de produção que se desenvolveram e ainda se desenvolvem no contexto de um país frágil e de capitalismo tardio.

No artigo «Relações Laborais em Portugal: 1900», Sónia Sofia Ferreira faz um esboço das relações laborais no Portugal de 1900, apresentando em primeiro lugar as fontes utilizadas e um quadro geral da situação do país, discutindo posteriormente de forma mais detalhada uma proposta de mapeamento das relações laborais à época, a partir das fontes consultadas e utilizando a terminologia e a grelha classificatória do projeto “Global Collaboratory on the History of Labour Relations (1500-2000)” e “Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono 1800-2000: continuidades e ruturas”. Serão aqui discutidos temas centrais como o grau de urbanização da sociedade de então, a questão salarial e a multiplicidade de relações laborais.

O último artigo deste *dossier*, «Força de trabalho em Portugal, 2008-2012», da autoria de Raquel Varela, Ana Rajado, António Simões do Paço, Maria João Berhan e Renato Guedes, analisa o alcance da precarização da força

de trabalho em Portugal em termos da estrutura da população ativa, as consequências desta (com destaque para a pobreza) e, finalmente, a relação entre a crescente precarização da força de trabalho atual em Portugal e a utilização dos fundos da segurança social para gerir as consequências advindas desta precarização. Concluem os autores que há indícios para afirmar que está em curso uma tendência no mercado laboral português, que designam de “eugeniização da força de trabalho”, em que o Estado define políticas globais que apontam para a) a redução drástica das pensões e dos direitos dos reformados; b) o afastamento do mercado de trabalho da força de trabalho menos qualificada, com mais direitos, para a substituir por força de trabalho precária, mais formada, mais produtiva, mas que em geral ocupa ou executa tarefas abaixo da sua qualificação.

As relações laborais são determinantes para a compreensão histórica das sociedades, porque elas determinam a economia, isto é, a forma como se produz e reproduz uma determinada sociedade. Este *dossier* visa ser um contributo para este vastíssimo tema, no espaço lusófono, no período considerado.